

Barbara Spaggiari
Maurizio Perugi

FUNDAMENTOS DA CRÍTICA TEXTUAL

EDITORA LUCERNA
Rio de Janeiro - 2004

O método lachmanniano

A filologia antes de Lachmann

Até ao século XIX, os critérios normalmente utilizados para editar um texto antigo são os seguintes:

1. reprodução da 'vulgata': busca-se o apoio dos códices apenas no caso em que a 'vulgata' não parece satisfatória. Desta maneira, o editor acaba por deixar o texto deturpado, com abundância de corruptelas, ou então de 'lectiones faciliores', ou seja, banalizações ou trivializações, que não estragam o sentido geral do contexto, e que, portanto, não causam suspeitas nem suscitam desconfiança.

2. critério do 'codex optimus': escolhe-se um códice apenas, sem levar em conta o resto da tradição manuscrita. Este códice único, teoricamente, há de fornecer garantias quanto à sua autenticidade e à qualidade do texto por ele transmitido. Mas o resultado prático é, na maioria dos casos, a escolha do códice mais completo, mais correto, mais limpo; noutros termos, um códice bem escrito, sem erros, lacunas ou incongruências evidentes. O que, para nós, filólogos modernos, representa em princípio um testemunho suspeito, ou duvidoso, precisamente porque encobre a provável intervenção de um copista douto ('scriba doctus') que, por sua índole, tende a interpolar,³⁰ completar e aperfeiçoar o texto à vontade. Só alguns filólogos humanistas (p. ex. Lorenzo Valla e Angelo Poliziano) consideravam como melhor manuscrito um 'codex vetustissimus' ou 'pervetustus', que pela sua antiguidade se aproximava maiormente do original perdido. Mas é uma exceção no panorama da crítica textual do período humanista.

3. critério dos 'codices plurimi': no caso em que se encontrem vários manuscritos que oferecem o texto de maneira substancialmente concorde, então privilegia-se o texto daquele grupo de códices, que constituem a maioria da tradição. A pluralidade deste acordo é entendida como garantia de autenticidade.

³⁰ O termo interpolação alude a qualquer acréscimo, ou inserção, abusivamente introduzidos pelo copista no texto original, seja por engano (no caso, p. ex., das glosas marginais), seja no intento de enriquecer e melhorar a obra.

A situação fica mais ou menos inalterada, assim como a acabamos de analisar em suas linhas mais sumárias, até meados do séc. XVIII. Nesta altura, graças aos estudos sobre o texto bíblico, abre-se uma nova era e nasce a filologia moderna. Desde logo, podemos afirmar que a filologia moderna e, mais precisamente, a filologia profana, deve reconhecer a sua dívida com respeito à filologia sacra (Pasquali 1934). Para o progresso da técnica utilizada na edição dos textos, foi de fato essencial o estudo do Novo Testamento, isto é, a chamada filologia neotestamentária.

A 'editio princeps' do Novo Testamento grego, organizada por Erasmo de Rotterdam, era de valor escasso porque feita depressa e com base em manuscritos bizantinos recentes. Apesar disso, como habitualmente acontecia, o texto de Erasmo tornou-se a 'editio vulgata', que foi imediatamente adotada pelas igrejas protestantes como 'textus receptus'.³¹ A partir desta data, admitiu-se a possibilidade de recolher variantes, mas elas só podiam figurar no aparato crítico de rodapé: qualquer tentativa de introduzir alterações ou emendas no texto, mesmo com apoio em códices antigos, encontrou a oposição duríssima dos teólogos.

Nos países protestantes, esta oposição e a intolerância para qualquer inovação foi até mais forte e intransigente: «Para a igreja reformada, ao contrário do que acontece no catolicismo, o livro sacro é a única fonte da verdade e, além disso, é a única leitura comum a todo o povo» (Pasquali 1934).³²

Na tradição grega do Novo Testamento não havia lugar nenhum para a crítica conjectural ('ope ingenii sive conjecturae'): o problema básico era tanto a escolha entre as inumeráveis variantes, como a avaliação dos manuscritos mais dignos de confiança. E cada questão crítico-textual, neste caso, não era apenas uma discussão entre eruditos, mas implicava muitas vezes, além da pura e simples filologia, problemas teológicos do maior interesse.

Os filólogos clássicos logo perceberam o atraso da sua disciplina com respeito à filologia sacra; Johann Jacob Reiske, editor de *Oratorum Graecorum Opera Omnia* (Lipsiae, 1770), escreve: «Non minori religione tractari a nobis debent auctores

³¹ Trata-se das edições de Leiden, de 1624 e 1633 respectivamente.

³² A presença de um exemplar da Bíblia na cabeceira dos quartos dos hotéis que são habitualmente freqüentados por uma clientela internacional (de alemães, de ingleses, de norte-americanos), corresponde ao hábito, que os protestantes têm, de ler cotidianamente o livro sagrado, no qual se inspiram para a vida de todos os dias, e do qual não existe uma exegese oficial. A relação entre a divindade e o homem, na religião protestante, não precisa da intervenção e a mediação da igreja ou do sacerdote; é uma relação direta, não mediata; portanto, o texto do livro sagrado, o Verbo de Deus, é a única certeza, o apoio, o guia da existência toda.

profani, atque Novum Testamentum. Qua de causa (...) vetustorum auctorum codices inspici, eorumque lectionum erui, et proferri par est. Nam sola haec est via veritatem historicam texti cuiusque, sive sacrorum, sive profanum est, e consensu multorum vetustorum probatae fidei codicum demonstrandi» (p.lxxvi) [‘Com igual escrupulo, devem ser tratados por nós tanto os autores profanos como o Novo Testamento. Por isso (...) convém ler com a maior atenção os manuscritos de autores antigos, e investigar as suas lições, e dá-las a conhecer. De fato, esta é a única maneira de demonstrarmos a verdade histórica dum texto qualquer, seja sagrado, seja profano, graças ao acordo de muitos códices antigos fidedignos’].

Não admira, então, que a filologia moderna, cuja função básica coincide com a reconstituição do original perdido, tenha a sua origem na Alemanha e o seu maior teórico no filólogo alemão Karl Lachmann (1793-1851).

Claro que Lachmann foi precedido por vários outros filólogos e eruditos de área protestante que, em medida variável, já tinham apontado os problemas maiores que Lachmann encarou.³³ Mas ele foi o primeiro que propôs um método de edição crítica, com o intento declarado de eliminar a subjetividade do editor na reconstituição do texto original.

Noutros termos, o objetivo de Lachmann era o de elaborar um método de edição científico, não aleatório, que desse como resultado – através de vários processos e fases escrupulosamente efetuadas – a reconstituição objetiva, quase mecânica, do original perdido.

No campo da filologia clássica, Lachmann começou a sua atividade com a edição de Propércio (‘editio maior’, Lipsiae, 1816); em 1829 publicou as edições de Catulo, de Tibulo, mais uma ‘editio minor’ do mesmo Propércio. Contemporaneamente, desenvolveu também uma intensa atividade crítico-textual no campo da poesia medieval alemã (é a época do Romantismo): no período de 1816 a 1826, Lachmann editou o *Nibelungenlied* (1826), o poema *Iwein* de Hartmann von Aue, e todos os poemas de Walther von der Vogelweide.

No período de 1830 a 1845, o filólogo alemão continuou a editar autores gregos e latinos (Genésio, Terenciano Mauro, Gaio, Bábrio), mas também aprontou uma edição crítica do Novo Testamento (1831 e 1842), baseada, por um lado, nos códices gregos mais antigos e, por outro lado, na ‘vulgata’ de São Jerônimo. Ele também foi

³³ Johann Jacob Wetsstein e Johann Albrecht Bengel são os dois principais críticos neotestamentários do séc. XVIII, que anteciparam algumas das reflexões de Lachmann. P. ex., a necessidade de ressaltar o acordo das lições (sem, porém, distinguir entre lições errôneas e lições corretas); ou também a idéia de que uma ‘tabula genealogica’ poderia resumir toda a história da tradição manuscrita neotestamentária. Bengel chegou até a prever lucidamente que uma classificação genealógica deste tipo seria capaz de facilitar um critério certo na escolha das variantes.

acusado pelos teólogos protestantes de atentado contra a certeza do verbo divino, mas, depois da sua edição, reduziu-se o prestígio do ‘textus receptus’ erasmiano. Os últimos trabalhos crítico-textuais de Lachmann foram os *Gromatici* (*Die Schriften der römischen Feldmesser*, 1848-52) e o poema de Lucrecio (Lucretii *De rerum natura libri VI*, C.Lachmannus rec. et emend., Berolini, 1850). Entre os autores gregos e latinos, Lucrecio é, talvez, o mais adaptado para a aplicação dos novos critérios de edição: o seu poema está copiado em poucos códices medievais, cujo parentesco se pode facilmente verificar, e numa grande quantidade de códices humanistas de valor muito escasso.

Ora bem, o prefácio à edição de Lucrecio por Lachmann contém o que mais se aproxima de uma exposição dos seus critérios metodológicos. Na realidade, Lachmann nunca escreveu, de maneira sistemática, os seus princípios de crítica textual, nunca deu deles uma exposição metodológica geral, em forma de manual ou de compêndio.

Quando habitualmente se fala de método de Lachmann, ou método lachmanniano, entende-se, portanto, um conjunto de critérios para editar textos antigos, que nem foi explicado sistematicamente pelo próprio Lachmann, nem por outros filólogos alemães da mesma época, que, aliás, contribuíram à sua formulação (v. Fiesoli 2000).

Os princípios fundamentais, impostos por Lachmann e pela geração de filólogos a que ele pertenceu, são os seguintes:

1. a recusa da ‘vulgata’ como texto-base, e a subsequente exigência de buscar o apoio dos códices não apenas de maneira ocasional, mas sim considerando-os como o fundamento indispensável de qualquer edição crítica;
2. a desconfiança ao encontro dos mss. de época humanista, porque se trata usualmente de exemplares alterados, e aprontados num desejo de elegância e perfeição formal, que contrasta com a busca da verdade;
3. a reconstrução da história do texto e, precisamente, das relações genealógicas que existem entre os manuscritos por nós possuídos;
4. a formulação de critérios objetivos, que permitam determinar qual é a lição do original – ou, pelo menos, do arquétipo – de maneira mecânica, quase automática (sem usar do ‘iudicium’, nem de critérios internos como o ‘usus scribendi’ e a ‘lectio difficilior’).

Os termos latinos ‘iudicium’, ‘usus scribendi’ e ‘lectio difficilior’ correspondem a outros tantos critérios de escolha entre variantes. O ‘iudicium’ refere-se ao próprio juízo do editor, que, com base nos seus conhecimentos, decide qual é a ‘boa’ lição conforme a sua apreciação (trata-se, com toda a evidência, do critério mais subjetivo). O ‘usus scribendi’ dá conta do hábito escriptório do

autor cujo texto se edita. P. ex., na escolha das variantes adiaforas da lírica camoniana pode ser considerado o 'usus scribendi' de Camões aquando da composição de *Os Lusíadas* (cuja publicação foi feita em vida do autor). Mas é preciso acrescentar que o critério do 'usus scribendi', embora aparentemente mais objetivo, exclui, em linha teórica, qualquer desvio do autor da sua própria norma (o que não pode ser excluído em termos absolutos). Finalmente, a 'lectio difficilior' representa a variante mais difícil em relação ao conjunto da tradição: baseia-se na observação de que as inovações introduzidas na tradição manuscrita vão sempre no mesmo sentido, do mais difícil para o mais fácil (banalização ou trivialização). Portanto, um códice que apresenta uma variante 'difficilior' (mais difícil comparativamente às demais) tem maiores probabilidades de conservar a lição do original, que os outros copistas banalizaram.

O método lachmanniano

A única explicação sistemática do chamado método lachmanniano deve-se a outro filólogo clássico alemão, Paul Maas (*Textkritik*, Oxford, 1949, 2ª. ed.). A sua exposição, algo concisa e bastante crítica, deu lugar a sucessivos aprofundamentos e modificações (cf. agora Montanari 2003). Os princípios do método lachmanniano podem, contudo, resumir-se nos pontos seguintes.

Nós não possuímos autógrafos dos clássicos gregos e latinos, nem sequer cópias que fossem colacionadas, cotejadas, confrontadas com o texto original.

Temos apenas cópias de cópias de cópias, ou seja, cópias que procedem do original através de um número indeterminado e, de qualquer maneira, desconhecido, de cópias intermédias. Por isso, o grau de autenticidade destes mss. é variável, e talvez muito incerto.

A tarefa da crítica textual é, precisamente, a reconstrução de um texto, que se aproxime o mais possível do original perdido ('constitutio textus').

O método lachmanniano abrange vários processos, sugere várias fases de trabalho, que se devem pôr em prática uma após outra, na ordem seguinte:

1. 'recensio' (lat.: 'resenha' e 'recenseamento') – levantamento e recolha da inteira tradição supérstite, quer dizer, de todo o material (papiros, códices, incunábulo, edições antigas) que transmitiu o texto, mesmo de forma fragmentária ou indireta, e que ainda está ao nosso dispor. Na terminologia de Maas, o vocábulo 'recensio' indica o conjunto das lições que caracterizam um ms. ou uma família de mss. ('resenha'). Nos filólogos posteriores, nomeadamente de área românica (cf. Avalle 1972: 22; Montanari 2003: 17-23),

- 'recensio' indica o conjunto das testemunhas duma obra ('recenseamento'); esta última tornou-se a aceção mais corrente.
2. 'examinatio' – exame de cada testemunho da tradição, no intento de avaliar a sua autenticidade, e a eventualidade dele constituir um possível original. Dão-se, então, duas possibilidades:
 - 2a. 'codex unicus' – o texto sobrevive apenas num ms., que é o nosso único testemunho da obra. O editor limita-se, então, à descrição do ms. e à sua decifração (inclusive no sentido de explicar e interpretar o texto em todas as suas partes). No momento de editar a obra, o filólogo há de corrigir os erros evidentes, e pode emendar, por conjectura, no caso dum dano aliás insanável ('crux').

Como erro evidente, pode servir de exemplo a chamada haplografia 'escrita simplificada', quando o copista omite um fragmento de texto que vem logo antes, ou logo depois, de um fragmento igual (p. ex. *filogia* por *filologia*); o fenómeno inverso chama-se diplografia 'escrita dupla' (p. ex. *se se chama* por *se chama*).

- 2b. tradição múltipla – o texto é transmitido por vários códices, cujo número muda de uma tradição para a outra. Neste caso, a fase sucessiva do trabalho é a chamada:
3. 'collatio' – exame comparativo de todos os testemunhos que formam a tradição, em busca de afinidades ou relações que consintam estabelecer o seu parentesco. No caso de termos uma tradição múltipla, o editor há de formular uma classificação dos manuscritos, isto é, uma hipótese de 'stemma codicum'.

No caso de termos uma obra, ao mesmo tempo, muito extensa, e transmitida por muitos mss., é geralmente admitido que a 'collatio' não cobra a totalidade do texto, limitando-se a um congruo número de trechos, escolhidos seja de forma mecânica (aleatória), seja com base na sua notória dificuldade. Deste processo de comparação parcial interessam, portanto, apenas os 'loci selecti' 'trechos escolhidos', ou então, 'loci critici' 'trechos críticos'. De qualquer forma, através da 'collatio', mesmo parcial, o editor visa à classificação dos mss. dentro do estema.

4. 'stemma codicum' ou estema = representação gráfica das relações existentes entre os vários testemunhos da tradição manuscrita. Trata-se das relações de parentesco, como numa verdadeira árvore genealógica, que representa a filiação de uma família. Como se chega a estabelecer esse gráfico? A coluna vertebral do método lachmanniano é o conceito de erro. A presença de um número variável de erros é inerente ao fato mesmo de copiar um texto, e quanto mais o texto é comprido e difícil, tanto mais alta é a probabilidade de cometer erros.

Se agora tentamos imaginar a filiação dos mss., isto é, a transmissão do texto de um códice para outro, é como que uma cadeia, em que um objeto passa de mão em mão, e cada anel da cadeia está ligado simultaneamente ao que precede e ao que se segue.

Tratando-se de um objeto que vem copiado, então cada amanuense recebe um texto que já contém alguns erros, e por sua conta introduz na sua cópia mais algumas incorreções. Desta maneira o texto, à medida que se afasta do original, aumentando o número das cópias intermédias, retém um número de erros cada vez maior. Os mss. que se situam nos ramos inferiores desta árvore genealógica contêm necessariamente um número de erros mais elevado com respeito aos ramos altos do 'stemma codicum'. Isto significa que, na óptica do método lachmanniano, a progressão dos erros é de tipo geométrico, e não apenas aritmético.

Ainda fica por explicar como vai ser utilizada a presença dos erros, com vista ao estabelecimento do 'stemma codicum'.

Dois ou mais mss., que transmitem no mesmo lugar o mesmo erro, pertencem com certeza à mesma família. O acordo no que diz respeito a um erro comum, segundo Lachmann, é garantia da relação de parentesco entre dois ou mais mss., com a condição – porém – de que o erro seja significativo.

Erro significativo: deve ser, ao mesmo tempo, conjuntivo (em relação aos outros mss. da mesma família) e separativo (em relação aos outros ramos da tradição mss.); e, além disso, de tal natureza que se possa excluir qualquer hipótese de poligênese.

Monogênese vs. Poligênese: fala-se de erro monogenético quando tem uma só origem, enquanto o erro poligenético pode ser originado em vários lugares diferentes, isto é, pode ter várias origens.

Erro poligenético: o erro é chamado poligenético quando pode ser cometido independentemente por vários copistas, que não têm relação nenhuma entre si. Uma situação deste tipo pressupõe que existam fatores internos ao texto, que facilitam o erro, de tal maneira que vários copistas, independentemente um do outro, podem cair em engano, deixando-se apanhar no mesmo desvio.

P. ex., se no texto a mesma palavra, ou até o mesmo sintagma, vem repetido no espaço de poucas linhas, há um fator interno que facilita a omissão de tudo o que vem entre a primeira e a segunda ocorrência da mesma palavra. Fala-se então de lacuna, e mais particularmente de lacuna por homeoteleuto 'que se termina na mesma maneira, que acaba de maneira igual', dito dum verso, de uma desinência, ou também de uma frase ou segmento de frase que se repetem. Este tipo de lacuna, que se pode chamar, com expressão francesa, 'saut du même au même', é muito freqüente também nos jornais. Basta que dois períodos contíguos na coluna terminem pela

mesma palavra: o olho facilmente se engana, saltando de um para o outro. O mesmo fenómeno, aliás, explica a mais rara lacuna por homeoarquia 'que começa na mesma maneira, que tem idêntico início', típica das enumerações e dos textos anafóricos. Outro caso freqüente de poligênese é o erro por antecipação; numa cantiga de Pero Garcia Buralês, p. ex., o ms. A 110 conserva a lição correta:

<E> quand'a terra veg'e o logar,
e vej'as casas u mia sen[n]or é,
vedes que faç'enton, per bõa fe:
pero mi as casas veg'e o logar,
non ous'ir y (...)

enquanto o copista do ms. B 219, por inadvertência, transcreve os dois primeiros versos desta forma: *Pero mhas casas vei e o logar, e vei as terras hu mha senhor é. O erro por antecipação, neste caso, é até facilitado pela estrutura repetitiva das cantigas.*

A existência de fatores internos ao texto, que provocam ou facilitam o erro, faz com que esse tipo de erro não seja significativo no que diz respeito às relações de parentesco entre os mss. Dois códices, que apresentam um erro deste tipo, não são necessariamente relacionados, isto é, não pertencem necessariamente à mesma família, porque temos motivo para suspeitar que os copistas tenham cometido o erro independentemente um do outro.

Só o erro que obedece aos requisitos necessários, quer dizer, o erro que seja ao mesmo tempo conjuntivo, separativo e não poligenético, pode ser considerado significativo na constituição do 'stemma codicum'. Neste caso, chama-se de erro-guia, porque dirige e conduz ao reconhecimento do parentesco entre os mss.

Graças aos erros significativos, é possível classificarmos os códices no interior do estema, ou árvore genealógica, com base na sua atribuição não apenas a grupos, mas sim a verdadeiras famílias, onde cada exemplar deriva de um exemplar precedente que ainda possuímos.

5. 'eliminatio codicum descriptorum' – uma vez constituído o 'stemma codicum', a etapa sucessiva é a eliminação dos códices 'descripti'. De fato, se um exemplar deriva, exclusivamente e com toda certeza, de outro ms. que ainda se conserva (e, portanto, reproduz todos os erros dele, acrescentando mais alguns erros próprios), este 'codex descriptus', isto é, copiado de outro exemplar que ainda possuímos, pode ser eliminado, no sentido de não tê-lo em conta a fim de reconstituir o texto original. Basta, neste caso, utilizar o exemplar do qual deriva.
6. 'constitutio textus' – Qual é, no concreto, a utilidade do 'stemma codicum' no estabelecimento do texto crítico? Antes de mais nada, o estema oferece uma representação gráfica do parentesco entre os códices; portanto, o edi-

tor não tem em suas mãos uma massa indistinta de testemunhos, entre os quais escolher com critérios mais ou menos aleatórios, mas sim uma hierarquia dos testemunhos, e ao mesmo tempo uma visão em conjunto da história da tradição manuscrita (tendo sempre em conta o número desconhecido dos códices que ficaram perdidos).

Em segundo lugar, o estema serve, concretamente, no estabelecimento do texto crítico ou 'constitutio textus', que é a fase final duma edição crítica, porque mostra com certeza quais são os testemunhos mais próximos do original, e portanto os mais fidedignos.

O estabelecimento do texto faz-se a partir da 'varia lectio', isto é, do conjunto das lições que são transmitidas pela tradição manuscrita e impressa.

Chama-se variante qualquer lição divergente em relação às outras que constituem a 'varia lectio' (lições concorrentes).

Imaginemos, p. ex., que um original perdido seja conhecido apenas por três cópias, A, B, C, as quais apresentam algumas divergências entre si. O editor tem em suas mãos uma tradição múltipla e em parte discordante. Qual é o procedimento a seguir, num caso destes?

O editor não tem a razoável certeza de estar em presença do texto original senão quando os três testemunhos concordam numa lição aparentemente boa (quer dizer, correta e coerente com respeito ao contexto). Claro que, em presença do acordo unânime dos testemunhos numa lição aparentemente boa, o editor limita-se a reproduzir essa lição no seu texto crítico, tendo a razoável certeza de ela remontar ao original perdido.

Igualmente fácil é o caso dum erro manifesto, que o editor corrige ou baseando-se nos demais testemunhos que apresentam, no mesmo lugar, uma lição não errônea ('emendatio ope codicum'), ou então, corrigindo por sua iniciativa no caso de o erro ser comum a toda a tradição ('emendatio ope ingenii').

Quando pelo menos um erro é comum a toda a tradição fala-se de erro de arquétipo. O arquétipo, que se grafa com a letra grega omega ω no 'stemma codicum', representa um manuscrito perdido, intermédio entre o original e a tradição que se conserva, do qual derivam todas as cópias que ainda temos. A sua existência se demonstra precisamente através de, pelo menos, um erro comum à inteira tradição. Mesmo no caso em que seja inatingível o original, sempre é possível reconstituir pelo menos o arquétipo pela comparação sistemática dos testemunhos que formam os ramos mais altos do 'stemma codicum'.

Fala-se de subarquétipo para qualquer 'codex interpositus', isto é, qualquer ms. perdido, que pode ser reconstruído apenas mediante a análise comparativa da 'varia lectio'. Normalmente, trata-se do 'chefe' de uma família, indicado no estema por uma letra do alfabeto grego diferente do ω (α , β , γ , etc.)

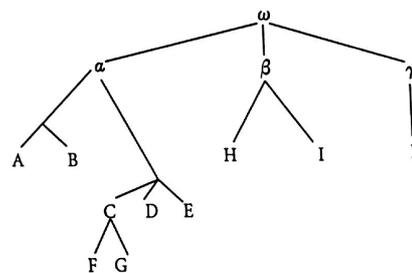
No caso em que o editor tenha dúvidas quanto à emenda para fazer (o que acontece com mais freqüência em textos vernaculares do que clássicos), ele declara a aporia marcando a passagem com uma cruz † ('crux desperationis').³⁴

Seja como for, nas situações acima encaradas, o 'stemma codicum' não fornece ajuda nenhuma ao editor. Qual é, então, a sua utilidade na fase da 'constitutio textus'?

O estema só serve, realmente, no caso em que o editor tenha que escolher entre variantes indiferentes ou adiaforas. Uma variante chama-se adiafora (ou indiferente ou neutra) quando é por si correta e aceitável, irrepreensível sob todo ponto de vista (substancial como formal). O que a torna suspeita ou, pelo menos, não imediatamente aceita, é precisamente a existência, nos demais testemunhos, de outras variantes do mesmo tipo, todas por si aceitáveis, mas divergentes. Noutros termos, se o editor tivesse apenas um manuscrito transmitindo o texto, uma qualquer dessas variantes adiaforas poderia remontar ao original. É apenas a dispersão em variantes indiferentes que sugere a existência dum problema na transmissão manuscrita: entre as várias lições, todas aparentemente boas, qual é a única original, autêntica?

O método lachmanniano apresenta a própria solução do problema: em presença de variantes adiaforas, o único modo para individuarmos a lição autêntica é o de verificar a distribuição das variantes no 'stemma codicum'.

1º exemplo – A tradição é formada por dez manuscritos, repartidos em três ramos ou famílias, uma com sete, uma com dois e a última com um testemunho apenas. O estema apresenta-se, portanto, desta forma:



³⁴ A cruz pertence aos chamados sinais diacríticos, ou seja distintivos, que os filólogos empregam, de forma convencional, para marcar certas intervenções na edição crítica. P. ex., no sistema aqui empregado, os parênteses angulares < > indicam a integração, enquanto os parênteses rectos [] marcam a expunção. Uma lista dos principais sinais diacríticos encabeça o glossário do presente manual.

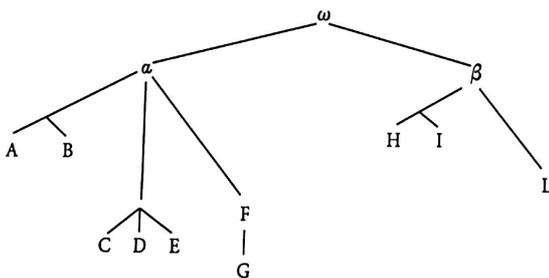
No estema acima grafado, o ω indica o arquétipo, as letras maiúsculas identificam cada uma um dos manuscritos, enquanto alfa, beta e gama (letras do alfabeto grego) são utilizadas para marcar as três famílias que constituem o conjunto da tradição.

Ora bem, imaginemos que os sete manuscritos de alfa apresentem todos a mesma lição adiafóra (lição 1), enquanto beta e gama, que são formados por três manuscritos no total, apresentam uma lição adiafóra concorrente (lição 2).

Se repararmos apenas no número total dos testemunhos, a lição 1 parece preferível porque é atestada por 7 testemunhos contra 3 (critério do predomínio numérico, ou dos 'codices plurimi').

Se, pelo contrário, temos em conta a distribuição dos testemunhos no estema, fácil é constatar que os 7 manuscritos pertencem todos à mesma família, enquanto os três que restam se colocam em duas famílias diferentes. Aplica-se, neste caso, a lei do predomínio estatístico: o editor escolhe a lição majoritária, atestada concordemente por dois ramos do estema, que se opõem ao terceiro, ficando este minoritário no cálculo das probabilidades (beta + gama contra alfa). Cada um dos ramos representa, com efeito, um terço da inteira tradição: o acordo entre os dois ramos fornece mais de 66% de probabilidades de termos a lição do original, porque, como vimos na constituição do estema, cada família é independente das outras. Portanto, logo que haja acordo entre duas famílias, que derivam independentemente do original (ou do arquétipo), temos a certeza de encontrar, pelos dois testemunhos independentes e concorrentes, a lição que remonta ao original.

2º exemplo – A tradição é formada por dez manuscritos distribuídos em duas famílias apenas, alfa e beta, conforme o estema seguinte:



A família alfa conta com 7 mss., enquanto a família beta limita-se a três. Se admitirmos que cada família atesta uma lição adiafóra divergente (alfa = lição 1, beta = lição 2), neste caso a lei do predomínio estatístico formulada por Lachmann não pode ser aplicada, pois as duas variantes concorrentes têm a mesma probabilidade estatística, representando cada uma os 50% do conjunto.

Quando o estema é constituído de dois ramos apenas, é preciso termos o acordo entre testemunhos que pertencem a ambos os ramos para obter a garantia de autenticidade. Isso se verifica, por exemplo, se a mesma lição adiafóra é comum aos mss. CDE (família alfa) e L (família beta). Pondo como pressuposto que mss. pertencentes a famílias diferentes são independentes, a presença da mesma variante em parte das duas famílias garante a sua autenticidade, enquanto os outros mss. apresentam inovações singulares.

Pelo contrário, no caso em que o desacordo das variantes opõe as duas famílias entre si, a escolha do editor deve basear-se nos antigos critérios não objetivos, e anteriormente rejeitados: o 'iudicium', a 'conjectura ope ingenii' ou o 'usus scribendi'.

Mesmo tendo apenas três códices que restam duma tradição preexistente, são virtualmente infinitas as combinações genealógicas dos três com respeito ao número imprevisível de códices que originariamente existiram. O fato de que um ms. seja copiado uma vez só, ou duas vezes, ou então dez, só depende dum conjunto de situações históricas, culturais e econômicas: o número de pessoas com vontade de ler esse texto, o número dos copistas disponíveis a fazer cópia, o preço do material escriptório, o tempo em que o exemplar fica ao dispor do(s) copista(s), etc. Da mesma maneira, o número dos códices que sobrevivem até hoje depende de muitos fatores, entre os quais acidentes mecânicos (o uso, a umidade, os carunchos ou os cupins) ou então acontecimentos que provocam o destroço material do códice (guerras, incêndios, censura, mudanças no gosto do público). Por isso pode-se afirmar que a grande difusão dum texto e a existência dum estema com muitas famílias não são eventos necessariamente entreligados.

7. o aparato crítico – uma vez estabelecido o texto, ao editor incumbe aprontar o aparato crítico. Esse aparato (normalmente de rodapé) permite o confronto imediato entre a escolha feita pelo editor e as lições por ele rejeitadas, que estão precisamente aí recolhidas e cuidadosamente registradas. O aparato crítico pode ser positivo ou negativo: é positivo, quando registra a lição escolhida pelo editor e, logo depois, separada por um parêntese, toda a 'varia lectio' (indicando cada vez a sigla dos testemunhos). É negativo, quando indica apenas as lições substantivas rejeitadas, sem registrar a tota-

lidade da tradição; impõe-se, neste caso, um trabalho às vezes fatigante e, de toda maneira incompleto, para o leitor reconstruir a 'varia lectio'.

Há, enfim, aparatos divididos em várias faixas, cada uma reservada a um tipo de variante: p. ex., primeiro vêm as variantes substantivas; depois, as variantes formais, talvez distinguidas em fonéticas e gráficas; enfim, as variantes de edição (tradição impressa).

A edição pode ser acompanhada por um comentário quer interpretativo, quer justificativo das escolhas efetuadas pelo editor na 'constitutio textus'. Entre os outros elementos úteis para o trabalho sobre o texto editado, figuram a descrição lingüística, a análise métrica e estilística, e, sobretudo, o glossário. Entende-se, com este termo, um registro mais ou menos completo do léxico do autor, que vai duma lista das palavras mais difíceis e raras até às concordâncias integrais do texto. Nas concordâncias, cada uma das palavras do texto aparece, por ordem alfabética, com indicação do(s) lugar(es) em que ocorre no conjunto da obra editada.

Um caso modelar de estema, em que os três testemunhos se dispõem em dois ramos distintos, tendo em comum erros de arquétipo, conforme a rigorosa aplicação do método lachmanniano, encontra-se na edição crítica das cantigas de Martin Codax que mais adiante apresentamos.